

Falando aos astros

RAUL PILLA

É EVIDENTE que a voz de um pobre mortal, como eu, não pode chegar aos astros. As várias tentativas, que tenho feito, para os alcançar, têm falhado miseravelmente: o astro segue impertubável a sua órbita. Não é, pois, ao astro que eu me dirijo agora, senão aos pobres mortais, como eu, que êle pretende alumiar com a sua luz imortal.

O sr. Austregésilo de Athayde imagina, o que até imaginado lhe faz horror, seja soberana e irresponsível a dialética dos parlamentaristas. Pois bem, ainda neste caso, como bons democratas, teriam êles de fazer uma consulta eleitoral, antes de adotar a reforma.

Deixo de lado a contradição dos presidencialistas, os quais preconizando um regime que exclui as consultas eleitorais, exigem, em pleno funcionamento dêste seu mesmo regime, que se faça uma consulta eleitoral, antes de realizar-se uma reforma, que os congressistas estão constitucionalmente autorizados a fazer. Deixo de lado esta questão que, levantada por presidencialistas, implicaria a adoção de um dos princípios do sistema parlamentar; deixo-a de lado, porque esta consulta já foi feita, embora não o tenham êles percebido.

Com efeito, a questão parlamentarista foi levantada e amplamente debatida na Assembleia Constituinte de 1946. E teve, então, cerca de oitenta votos a favor. Decorridos dois ou três anos, foi apresentada, com a assinatura de cem deputados, uma proposta de emenda à Constituição, destinada a implantar o sistema parlamentar. Nomeada uma comissão especial para emitir parecer, concluiu ela, depois de muitos meses de trabalho, por um exaustivo parecer do sr. Afonso Arinos, a que eu opus um longo voto, onde não deixei sem contestação uma só das arguições do relator. Apesar de longamente debatida no Congresso e fora dêle, na imprensa, nas escolas superiores, em congressos científicos, a Emenda n.º 4 não chegou a ser votada na passada legislatura, por falta de tempo. Assim, ao se realizarem as últimas eleições, formalmente estava proposta ao eleitorado a questão da reforma parlamentarista. Que sucedeu, então? O eleitorado deixou de renovar o mandato de cerca de duzentos deputados e elegeu, em seu lugar, uma grande maioria de parlamentaristas. Para alcançar as cem assinaturas com que foi apresentada a emenda na passada legislatura, necessário se tornou um árduo trabalho; para registrar as cento e oitenta adesões do fim do ano passado, primeiro da nova legislatura, mais não foi necessário que a tarefa material do estatístico.

Naturalmente, o ilustre sr. Austregésilo de Athayde não tomará conhecimento dêste fato, mas, nem por isto, deixará de ter sido feita a consulta que reclama. O atual Congresso tem não só capacidade legal, mas também autoridade moral para fazer a reforma